

Ata nº 66 / XIII / 2.ª SL

Aos catorze dias do mês de Fevereiro de 2016, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, no formato Mesa e Coordenadores dos diferentes Grupos Parlamentares, com a comparência dos Senhores Deputados abaixo assinalados, cumprindo a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

§ único: Audiência concedida ao Grupo de Amigos do Tibete.

A delegação do Grupo de Amigos do Tibete (GAT) integrou, unicamente, a Senhora Dr.ª Alexandra Marques Correia.

Do lado da Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades Portuguesas, estiveram presentes o(a)s Senhor(a)s Deputado(a)s:

- José Cesário (PSD), que dirigiu os trabalhos;
- Isabel Santos (PS);
- Carla Sousa (PS).

Após ter dirigido as boas vindas à representante do Grupo de Amigos do Tibete (GAT), o Senhor **Deputado José Cesário** explicou a metodologia adotada para a presente Audiência, tendo de imediato cedido a palavra à Dr.ª Alexandra Correia para a sua exposição inicial.

Agradecendo a oportunidade concedida pela Comissão, começou a **representante do GAT** por referir que a situação que a levou a solicitar a presente audiência tem a ver com as dramáticas circunstâncias vividas pelos institutos budistas de Larung Gar (condado de Serthar, no Tibete Oriental), e de Yachen Gar (Região Autónoma do Tibete), alvo de demolições ordenadas pelas autoridades chinesas e conseqüente expulsão dos seus habitantes.

Referiu que, hoje, Larung Gar é mesmo a derradeira academia budista existente nesta região, albergando tanto religiosos como leigos, a qual tem resistido por se situar numa zona geograficamente remota e de difícil acesso.

Assinalou, ainda, que segundo os planos das autoridades chinesas, têm de ser destruídos até setembro de 2017 cerca de 5 mil habitações integradas neste tipo de institutos, tendo salientado que estas academias, assim como os seus membros, se dedicam em exclusivo às atividades religiosas, espirituais e filosóficas, não prossequindo quaisquer atividades políticas, na esteira, aliás, da decisão em tal sentido tomada pelo Dalai Lama. Apesar da Constituição chinesa consagrar a tolerância religiosa e de os monges seguirem todas as instruções das autoridades chinesas, as perseguições e demolições não cessaram, tendo-se já imolado pelo fogo três monjas (de sublinhar que esta academia não distingue género, sendo mesmo a única que, no Tibete, ministra o último grau monástico a mulheres).

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, referindo tratar-se de matéria extremamente delicada, sobre a qual não se pode baixar os braços, tendo recordado o exemplo de Timor-Leste.

Salientou que, enquanto políticos, os Deputados não podem deixar de estar sensíveis a situações como a presentemente relatada, pois estão em causa direitos fundamentais. Perguntou, seguidamente, se a população local ainda é maioritariamente praticante do budismo, e se o património classificado, emblemático da região, ainda subsiste.

Respondeu a **representante do GAT** que a maioria da população originariamente tibetana ainda é praticante, embora não sejam permitidas fotografias do Dalai Lama. Todo o enquadramento associado ao culto budista na região do Tibete sob administração chinesa é vista hoje, sobretudo, como uma atividade orientada para turistas chineses, tendo assinalado que muita da estatuária budista foi entretanto substituída por imagens e estátuas de pandas e luzes fluorescentes. O edificado tradicional tem também vindo a ser alterado e as residências dos monges transformadas em bordéis, assim se destruindo a identidade própria da região. Hoje, a maior parte dos monges são de origem chinesa e não falam o idioma tibetano.

Interveio a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)**, tendo referido acompanhar deste há muito toda a situação relacionada com o Tibete, até por via de contactos privilegiados com o representante tibetano nos Estados Unidos da América. Referiu que, pessoalmente, sentiu alguma frustração pelo abandono da atividade política do Dalai Lama, embora a entenda e respeite, dada a intenção de salvaguardar a integridade física das populações locais. Perguntou qual é hoje a posição das populações relativamente a tal atividade.

Respondeu a **Dr.ª Alexandra Correia** que persiste uma linha de ativismo político, embora a decisão do Dalai Lama tenha acarretado uma certa dispersão dos defensores da causa. Existem ainda grupos que defendem a independência do Tibete, embora não seja de prever o seu ressurgimento visível enquanto se mantiver o atual Lama.

Retomando a palavra, referiu a senhora Deputada **Isabel Santos** que irá dar conhecimento detalhado desta audiência ao seu Grupo Parlamentar, designadamente no que concerne à reiterada violação dos direitos humanos, ora retratada.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário**, informando que o próprio, bem como o seu Grupo Parlamentar, continuará a acompanhar esta situação com todo o interesse.

De seguida, a **representante do GAT** procedeu à entrega de vários exemplares de um dossiê de informação relativo a temática em apreço, tendo em vista a sua distribuição pelos diversos Grupos Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Deputado José Cesário** agradeceu, em nome dos Deputados presentes e da Comissão, a presença do GAT nesta Audiência, tendo dado a mesma por encerrada pelas 15 horas e trinta minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170214_1.mp3

Palácio de S. Bento, 14 de fevereiro de 2017

O Deputado



(José Cesário)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia /02/2017.